

Lucas Rodrigues Oliveira | org.

**EDUCAÇÃO
DILEMAS
CONTEMPORÂNEOS**
volume VII



Pantanal Editora

2021

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

EDUCAÇÃO
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS
VOLUME VII



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2021 Os Autores
Copyright da Edição© 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela – IFPR
- Prof. Dr. Leandris Argente-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume VII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 126p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-67-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319673 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Em todos os níveis e modalidades, a educação carrega uma função essencial para a sociedade: contribuir com a formação dos indivíduos que se envolvem nesse processo. Por isso, pela heterogeneidade que envolve o sistema educacional no mundo contemporâneo, muitos são os dilemas que precisam ser expostos.

Nessa sétima edição da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, como não poderia deixar de ser, continuamos com os debates e reflexões sobre a educação brasileira, observando as vivências no contexto educacional, seus agentes e toda a complexidade que envolve esse contexto educacional.

Os autores dos capítulos que compõem essa obra são indivíduos que participam no processo educacional; assim, esperamos contribuir, nos textos que serão apresentados a seguir, com o desenvolvimento da educação brasileira – que precisa ser mais justa, igualitária, acolhedora, democrática.

Em todo o contexto histórico que envolve a educação brasileira, observamos que a escola pode contribuir com o aperfeiçoamento e maturidade da democracia no Brasil. No entanto, por mais que avanços já sejam nítidos, há muito ainda a ser debatido e melhorado na educação brasileira, por isso, a presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação no cenário nacional.

Lucas Rodrigues Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Sobre a universidade na sociedade de classe num mundo em declínio	6
Capítulo II	21
Atuação de bolsistas de Secretariado Executivo como parte da formação acadêmica na Universidade Federal de Roraima	21
Capítulo III.....	39
Greve docente na universidade: percepções discentes	39
Capítulo IV	50
Transtornos do aprendizado: a exclusão das políticas públicas	50
Capítulo V.....	62
Educação inclusiva/salas de recursos multifuncionais em Altamira: instrumento de imparcialidade e respeito à igualdade de direitos	62
Capítulo VI	72
Cultura Amazônica através das danças juninas nas escolas São Francisco das Chagas e Cristo Rei/Assurini-PA	72
Capítulo VII.....	80
O Professor Reflexivo e sua Prática Docente em Tempo de Pandemia: um olhar sobre duas realidades de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental	80
Capítulo VIII	92
A formação inicial docente na perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos de licenciatura de Valença/BA	92
Capítulo IX	107
A transsexualidade rompendo fronteiras: mitos e tabus no ensino superior	107
Índice Remissivo.....	125
Sobre o organizador.....	126


A transsexualidade rompendo fronteiras: mitos e tabus no ensino superior


Recebido em: 16/05/2021

Aceito em: 18/05/2021

 10.46420/9786588319673cap9

Gabriela Gomes Freitas Benigno¹ 

Carlos Diogo Mendonça da Silva² 

Sônia Maria Soares de Oliveira^{3*} 

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivos conhecer e identificar os desafios encontrados pelas identidades trans, no contexto do ensino superior brasileiro, que interferem negativamente no processo de aprendizagem desse grupo. Além disso, busca compreender como a lógica heteronormativa, compreendida enquanto verdade universal e natural relaciona-se com o preconceito e com a violência, tanto simbólica quanto física, destinada ao público transexual, o que se configura em transfobia. Atualmente, as identidades de gênero que transcendem a classificação binária, anteriormente pregada como única, estão tornando-se mais visíveis nas instituições acadêmicas, o que demonstra um maior acesso desse público à educação superior.

A realidade das pessoas trans quando desvelada traz à tona inúmeros desafios vivenciados por essas identidades nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, as quais se encontram despreparadas para oferecer uma assistência educacional digna e humanizada para os estudantes transexuais. Esse público, por se encontrar a margem da heteronormatividade, lógica compreendida como uma verdade universal e natural, sofre preconceito e violência tanto simbólica quanto física, o que se configura em transfobia. Tais vivências influenciam o modo como essas pessoas relacionam-se no ambiente educacional no processo de aprendizagem.

Diante dessa configuração é importante pensar como se podem criar espaços institucionais mais favoráveis para o aprendizado do público transexual e compreendendo que o clima institucional referente ao modo como essas pessoas são reconhecidas e acolhidas pode afetar diretamente em seus

¹ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil Graduada em Psicologia – UFC. Especialista em Psicopedagogia – UECE. Psicóloga – CRP 11/10473.

² Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Doutorando em Filosofia – UFC. Psicólogo CRP 11/10412

³ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professora na Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC – CE.

* Autora correspondente: soniasoares_bb@hotmail.com

processos de aprendizado.

De acordo com Nery et al. (2016), sem preparação e esclarecimento o espaço de aprendizagem não acolhe, não reconhece nem estimula pessoas trans e/ou não binários. Resta-lhes a estigmatização e a discriminação. Diante dessa realidade é comum que pessoas trans e/ou não binárias estejam emocionalmente frágeis ao adentrarem no ambiente escolar (Junqueira, 2013). Nesse sentido é importante a desconstrução de uma realidade hostil para estudantes trans que favoreça, assim, uma transformação da realidade nas universidades, tornando-as democráticas e abertas para a diversidade humana.

REFLEXÕES SOBRE HETERONORMATIVIDADE: NOÇÕES DE GÊNERO PARA ALÉM DO SISTEMA BINÁRIO

O termo heteronormatividade trata-se de uma palavra composta pelos vocábulos "hetero" e "norma". O primeiro termo significa outro e/ou diferente. O segundo, norma, refere-se àquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade e ao gênero, para designar como norma e como normal, comportamentos e práticas numa determinada estrutura social (Petry et al., 2011).

A heteronormatividade enquanto discurso visa regular e normatizar modos de ser e de viver socialmente que abrangem os desejos, os ornamentos corporais, os comportamentos e as práticas sociais. Assim, enquanto sistema socialmente estabelecido engloba as pessoas numa perspectiva biologistica, naturalista e determinista. Dessa forma, os indivíduos são induzidos a construir uma perspectiva limitada em relação à identidade de gênero, onde existem apenas duas possibilidades reais e legítimas de compreensão das pessoas enquanto identidade de gênero, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho, binarismo de Gênero (Petry et al., 2011). Com isto, podemos inferir que:

Aqueles que não compartilham a orientação de seu desejo segundo a norma heteroerótica nunca tiveram o direito a um lugar na história oficial, a não ser comoatores secundários que desviavam, distorciam ou mesmo maculavam a história e a memória oficial da humanidade heterossexualmente orientada (Silva, 2012).

Nesse sentido, o sistema heteronormativo traz um caráter compulsório que aniquila outras vivências sexuais e expressões de gênero, deixando à margem os indivíduos que não se enquadram na premissa sexo-gênero-sexualidade culturalmente instituída e socialmente naturalizada (Petry et al., 2011).

Dessa forma, compreende-se que a heteronormatividade traz em seu âmago uma coerência natural entre sexo-gênero-sexualidade, que os indivíduos deveriam apresentar, isto é, a viagem planejada que os sujeitos deveriam seguir, entretanto, também situa e define fortemente os corpos que escapam e trilharam outros trajetos.

Esses indivíduos que transgredem as normas assumindo outra identidade de gênero são alvos de discriminação, maus-tratos, violência física e simbólica, sendo estas algumas das marcas que esse

sistema heteronormativo imprime nos corpos que são incongruentes com essa lógica. Esses sujeitos que transcendem essa lógica instituída são marcados como marginais, desviantes, anormais, “endemoniados” e impossibilitados de existir dentro desse sistema.

A heteronormatividade, enquanto norma reguladora em nossa sociedade é reiterada, repetida e ratificada constantemente em diversos espaços na sociedade, desde Instituições de Ensino Superior até nas relações informais do cotidiano, influenciando diretamente a vida de todos os indivíduos, em especial, daqueles que fogem a esse sistema.

Tal lógica interfere na garantia dos direitos de cidadãos, pois compreende a existência das identidades trans como inviáveis, anormais e/ou desajustadas. Essa perspectiva heteronormativa pode ser compreendida como um fator primordial produtor da transfobia na sociedade, como “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (Jesus, 2012). A transfobia estende-se para as instituições, inclusive as de Educação, com práticas transfóbicas produzidas pela sociedade e reproduzidas a nível institucional. Em outras palavras, surge a “transfobia institucional” que será explanada posteriormente neste trabalho em relação à dimensão da educação no Ensino Superior.

A transexualidade escapa e desafia a lógica heteronormativa, demonstrando que a existência humana, em relação ao gênero-sexo-sexualidade, entendida como linear e natural é um equívoco e reduzida (Petry et al., 2011). As identidades transexuais colocam em dúvida a concepção binária, pois não se encaixam no que foi socialmente estipulado e naturalizado como próprio ao seu sexo biológico, transgredindo, assim, as concepções genéricas, culturalmente legitimadas e naturalizadas pelos discursos biologistas (Petry et al., 2011).

O conceito de gênero surge primeiro entre as feministas americanas que consideravam as distinções baseadas no sexo como algo de caráter fundamentalmente social. Esse termo ficou conhecido nas Ciências Sociais e evidenciavam uma crítica profunda ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual (Araújo, 2005).

De acordo com Jesus (2012), gênero vai além do sexo biológico, em outras palavras, reduzir questões de gênero aos fatores biológicos é ignorar os aspectos sociais imprescindíveis que marcam a construção cultural do que é ser homem ou ser mulher. Nessa perspectiva, gênero não está associado aos cromossomos ou à conformação genital, e sim a forma como a pessoa se expressa socialmente. Dessa forma, gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguísticas implicadas em processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (Meyer, 2004).

De acordo com Guedes (1995), gênero seria uma construção social. Em outras palavras, é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado designado a partir do sexo biológico. Nesse trabalho

será dada ênfase a concepção de gênero compreendida enquanto papel social por ser construído e desconstruído a partir dos horizontes históricos no qual estão inseridos. Discutir tal conceito possibilita ampliar seu sentido, a partir da construção de novas formas de compreensão que contemplem a existência das trans identidades.

O gênero, na perspectiva heteronormativa, é constituído por normas compreendidas como estruturas que existem mesmo antes de nascermos, funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico. O original já nasce contaminado pela cultura. Dessa forma, o corpo antes de nascer já está inscrito em um campo discursivo (Bento, 2011).

Nesse sentido, os indivíduos nos mais variados espaços, incluindo ambientes educacionais de nível superior, são tratados a partir dessa visão binária que limita a compreensão da experiência humana, visto que existe uma diversidade imensa de performances de gênero que são simplesmente ignoradas e rechaçadas à invisibilidade.

Essa perspectiva traz o aspecto reducionista da compreensão de gênero, além de misturar o conceito de gênero com o de sexo, o que gera uma verdadeira confusão, dificultando o processo de reflexão e disseminação de conhecimentos sobre identidade de gênero numa perspectiva que considere a fluidez existente na construção das mesmas.

Pode-se entender o conceito clássico de gênero enquanto fundamento que qualifica o sistema heteronormativo no sentido de ditar, como homens e mulheres devem se comportar como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir (Petry et al., 2011). Nesse sentido, gênero e heteronormatividade entrelaçam-se e constroem uma rede de práticas sociais nas quais os indivíduos são capturados de várias formas.

Romper com essa perspectiva heteronormativa é um caminho para reconhecer e afirmar a existência das demais identidades de gênero e garantir que todos possam ter acesso aos direitos como cidadãos nos diversos espaços sociais, incluindo o contexto educacional do Ensino Superior.

TRANSEXUALIDADE E ENSINO SUPERIOR: REALIDADE ACADÊMICA INCLUSIVA OU EXCLUDENTE?

Espera-se que a realidade acadêmica onde, supostamente, é constituída por pessoas instruídas e esclarecidas pudesse ser um lugar de respeito à diversidade sexual e à pluralidade de identidades de gêneros existentes na vida. Infelizmente o ambiente acadêmico não condiz com tal idealização. A transexualidade, enquanto condição humana é invalidada, discriminada e marginalizada dentro dos muros dessas Instituições de Ensino Superior (Chagas et al., 2017).

Essa realidade não se limita aos muros da academia, pois se encontram desde as primeiras experiências das pessoas transexuais nas instituições educacionais. As pessoas que se identificam como transexuais enfrentam inúmeros desafios para existir, pois são avaliadas a partir da lógica heteronormativa

que os desqualificam e os desconfirmam enquanto possibilidade de existir, tratando-os como anormais e/ou desviados. Isso torna a vivência nas instituições de educação quase impossível para a maioria dos transexuais:

Não posso negar que houve uma evolução no trato com as travestis; antes elas não podiam ter acesso à escola e conseqüentemente, às universidades, mas no presentemomento a travesti vem sendo, na maioria das vezes, tolerada na escola e/ou universidades (Andrade, 2012).

Apesar de a educação ser um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, a qual deveria garantir o acesso e a permanência de qualquer ser humano, essa não é uma realidade para a população trans, pois a mesma ainda possui uma representatividade inexpressiva na comunidade acadêmica. Segundo Scote (2017), a maioria das pessoas trans concluem o ensino médio e poucos ingressam nas universidades.

No contexto do Ensino Superior, indivíduos que fogem as normas de gênero, na perspectiva heteronormativa, como os transexuais, lutam por visibilidade e reconhecimento da sua identidade de gênero e pelo direito de ser quem são (Chagas et al., 2017). Nesse sentido, compreende-se que o preconceito e a discriminação são desafios que precisam ser superados para oferecer uma educação inclusiva nas universidades.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são responsáveis pela formação humana de seus discentes a partir da construção de conhecimento, das discussões, da desconstrução e da construção de pensamentos, possibilitando uma nova perspectiva que visa refletir sobre os preconceitos diante das diferenças individuais e busca capacitar profissionais para o atendimento humanizado nas diversas áreas, inclusive no que diz respeito ao gênero e à diversidade sexual na educação superior (Costa et al., 2018).

Segundo Costa et al. (2018), falar sobre gênero, sexualidade e educação até o presente momento é um desafio, pois os estigmas criados pela sociedade ainda alicerçam preconceitos e discriminação em muitas pessoas, inclusive em profissionais da educação.

Diante desse contexto, percebe-se a importância de realizar discussões sobre as temáticas de diversidade de gênero e sexual no Ensino Superior, pois ainda é uma prática incipiente e insuficiente, que poderia contribuir para a construção de concepções humanizadas diante da diversidade dos seres humanos (Costa et al., 2018).

De acordo com os autores supracitados, a maioria dos docentes sente dificuldades em discutir com clareza as questões de gênero e diversidade sexual de uma forma integrada. Segundo Costa et al. (2018), a concepção construída no ambiente acadêmico parece não ser diferente da elaborada socialmente no senso comum, trazendo apenas nuances diferenciadas, como, por exemplo, uma manifestação discriminatória e preconceituosa mais velada, deixando evidente a existência de influências socioculturais que rotulam e estigmatizam as questões de gênero e de diversidade sexual.

Apesar de ser compreendida a importância de discutir esse tipo de temática nas universidades,

ainda não existem políticas públicas destinadas a trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual e à identidade de gênero no Ensino Superior. Essa situação é insustentável, principalmente quando o Brasil possui dados alarmantes em relação às pessoas LGBTQI+, sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (Costa et al. 2018 *apud* França, 2005).

As universidades e demais IES ao criarem espaços para discussões sobre gênero e diversidade sexual poderão promover a desconstrução de preconceitos e a elaboração de uma realidade inclusiva que respeita a expressão da diversidade humana, inclusive de identidade de gênero, contribuindo para o desenvolvimento de uma realidade mais favorável à aprendizagem de todos (Costa et al., 2018).

Compreende-se que as IES podem desenvolver atividades que viabilizem uma discussão sobre as questões de gênero e diversidade sexual, cujo intuito seja desmistificar as representações sociais rotuladas e estigmatizadas do público trans. Tal perspectiva é abordada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁴ em relação aos temas de socialização humana nos espaços de ensino (Costa et al., 2018).

Diante da respectiva da atual LDB a educação abrange todos os processos formativos que envolvem a vida familiar, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais. Nesse sentido, realizar um trabalho de discussão sobre diversidade sexual e identidade de gênero possibilitaria um espaço para escutar estudantes trans que vivenciam violência de gênero no contexto acadêmico, dando a oportunidade deles fortalecerem-se, além de possibilitar que essas instituições compreendam os desafios que terão de enfrentar para compor uma realidade mais inclusiva e plural (Costa et al., 2018).

Pensar em discussões e fomentar políticas educacionais que estudem as relações de gênero e diversidade sexual no Ensino Superior é problematizar a questão e movimentar-se, uma vez que a violência psicológica, sexual e física no Brasil contra mulheres, homossexuais, transexuais e travestis é uma das maiores do mundo. Diante do exposto, as Instituições de Ensino Superior apresentam-se como um campo de fruição cultural que pode mediar o conhecimento de uma forma ampla e fortalecida (Costa et al., 2018).

Mesmo consciente da importância dessas discussões e das construções de espaços para acolher e cuidar de estudantes trans, ainda são precárias e raras tais discussões no que se refere ao Ensino Superior. Poucos são os estudos nessa área que mostram a existência de discussões e de políticas públicas no campo da educação voltadas para esse público.

As pesquisas existentes são restritas à realidade do Ensino Médio, buscando suscitar a relevância desses temas no currículo, o que não tem sido suficiente para desnaturalizar questões estigmatizadas.

⁴ Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 mai 2020.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para estudantes trans no Ensino Superior são transpostas da realidade do ensino médio sem levarem consideração as suas nuances. Discutir tais questões de uma forma multidisciplinar possibilita a capacitação e formação de agentes compromissados com a ética, o respeito e ahumanização para com a diversidade (Costa et al., 2018).

Considerando o pensamento dos autores supracitados, as Instituições de Ensino Superior possuem o compromisso social de construir um saber que visa desconstruir ospreconceitos e as discriminações, contribuindo para a transformação de uma dada realidade.

Nesse sentido, questiona-se que lugares, nas instituições acadêmicas, são criados para cuidar de situações que envolvam algum tipo de discriminação ou preconceito, expressão de violência de gênero referente à diversidade sexual e/ou gênero, com o intuito de transformar essa realidade vivida por muitos estudantes transexuais no contexto do Ensino Superior.

O ambiente acadêmico sempre foi um lugar de diversidade de gênero e sexual apesar de antigamente não ser tão visível, pois muitas pessoas trans ficavam fora do sistema educacional por este não ser acessível a todos. Atualmente, grupos que historicamente não tiveram acesso ao Ensino Superior, como os estudantes transexuais, conseguiram, mesmo que de forma precária, ingressar nas universidades. No entanto, esses espaços educacionais não estão preparados para acolher tais estudantes, bem como lidar com problemas referentes à transfobia que estudantes trans sofrem nessas instituições.

É necessário evidenciar que as instituições educacionais podem desempenhar um papel fundamental na luta contra o preconceito e a reprodução de desigualdades na sociedade. Precisamos ter um olhar atento para as questões da diversidade sexual e das construções de gênero para que possamos interferir nos processos de preconceito e de discriminação. Entender que existem corpos marcados por diferenças biológicas, mas que também são marcados pela socialização é necessário para mudar a realidade (Silveira, 2010).

Para construir Políticas Públicas e Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual nas instituições educacionais é preciso compreender os principais conceitos que estão envolvidos para o entendimento da diversidade existente, bem como seus impactos no cotidiano dessas instituições. Nesse sentido, serão explanados os conceitos e preconceitos relacionados à expressão da diversidade de gênero e das identidades trans.

É necessário delimitar bem os conceitos referentes à diversidade de gênero e às identidades trans, devido às relações humanas e práticas em nossa sociedade, incluindo os ambientes educacionais, serem fundamentadas e consolidadas a partir da lógica heteronormativa que renega a diversidade de gênero e a identidade de gênero.

Nesse sentido, é importante ter bem marcados os conceitos que irão permitir fazer uma leitura mais ampla da realidade e construir um contexto inclusivo e plural que acolha a todos e não somente as

pessoas que estão alinhadas à lógica cis-heteronormativa.

Para compreender a diversidade de gênero e as identidades trans, no contexto do Ensino Superior, é fundamental apropriar-se dos principais conceitos, como gênero, identidade de gênero, transexualidade e transfobia que serão descritos logo abaixo, para depois realizar uma discussão sobre os preconceitos existentes no ambiente acadêmico que tornam a existência de estudantes trans nas universidades sofrida, impedindo-os inclusive de concluírem cursos de graduação.

Segundo Silveira (2010), gênero refere-se à construção social do sexo anatômico, ou seja, a forma com que homens e mulheres se manifestam na sociedade a partir do aprendizado conforme as prescrições de cada gênero, criando uma dicotomia entre o masculino e o feminino, remetendo as origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

De acordo com Ferrari (2010), a identidade de gênero refere-se à experiência de cada um, que pode ou não corresponder ao sexo do nascimento. Podemos dizer que a identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e apresenta-se para si ou para os outros na condição de homem ou de mulher, ou de ambos, sem que isso tenha necessariamente uma relação direta com o sexo biológico.

Cabe enfatizar que identidade de gênero trata-se da forma que nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres, e não pode ser confundida com a orientação sexual: atração sexual e afetiva pelo outro sexo, pelo mesmo sexo ou por ambos (Ferrari, 2010).

Outro conceito chave para a discussão referente à diversidade de gênero é o da transexualidade que se refere aos modos de viver das pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de submeterem-se às intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascimento (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída (César, 2010).

Ainda de acordo com o autor supracitado, a transfobia é um termo usado para descrever vários fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra transexuais (ter desprezo, ódio, aversão ou medo de pessoas com orientação sexual diferente do padrão heterossexual). Este é o principal desafio enfrentado pelas identidades trans nas Instituições de Ensino Superior, tendo em vista que estas se configuram de maneira complexa e precisam de estratégias concretas para cuidar dessa questão tão delicada que marca o processo de aprendizagem de estudantes trans no contexto acadêmico (César, 2010).

A intolerância, a agressividade, a violência, a falta de habilidade para resolver conflitos e a dificuldade de reconhecimento da alteridade são compreendidas como manifestações da transfobia, sendo o principal desafio de estudantes trans em seu cotidiano educacional desde a escolarização fundamental até o Ensino Superior. As relações humanas são marcadas pelo conflito e as instituições de educação não ficam de fora dessa realidade, visto que são lugares onde passamos grande parte de nossa

existência, cujas experiências estão intimamente relacionadas com a constituição dos sentidos que damos a nossa identidade de gênero (Ferrari, 2010).

O preconceito vivido pelas identidades trans nas universidades é amparado por opiniões alimentadas pelos estereótipos, isto é, juízo preconcebido, dos estudantes trans, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante as pessoas trans consideradas diferentes ou estranhas. E, por isso, são muitas vezes excluídas de oportunidades de estágios, bolsas e lugares reconhecidos dentro da universidade.

Trabalhar com violência simbólica nas instituições de educação significa colocarem evidência o poder das palavras. E, nesse sentido, problematizar a sua utilização e seus resultados. Quais são as palavras que ferem? Que representações são acionadas quando escutamos ou utilizamos termos como “viado”, “bicha” ou “sapatão”? Utilizar essa linguagem com o intuito de menosprezar pessoas trans coloca essas identidades num lugar inferior (Ferrari, 2010).

O estranhamento e a rejeição das identidades trans acima citados podem ser compreendidos a partir da construção das cis-heterossexualidades que agridem, negam e excluem o que foge a essa lógica. Nesse sentido, o trabalho pedagógico é muito importante e deve pautar-se no diálogo e no respeito às diferenças dos sujeitos.

OLHARES SOBRE A SEXUALIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR

A sexualidade é um campo amplo e diversificado, podendo ser compreendida como parte integrante de todo ser humano que está relacionada à intimidade, à afetividade, ao carinho, à ternura e à expressão humana por meio das relações afetivas e sexuais (Labronici, 2001). Nesse sentido, abrange a experiência humana sexual-afetiva; identidade de gênero; direitos sexuais e reprodutivos. Elaborar uma reflexão profunda sobre essa temática é inviável. Para contemplar o objetivo deste estudo será explanado sobre como as políticas educacionais no Ensino Superior abordam a sexualidade no que se refere à identidade de gênero dos estudantes.

No Ensino Superior não existe uma formação voltada para docentes ou lugares para discutir sobre identidade de gênero. O que existe em relação à política pública diz respeito ao uso do nome social e a algumas ações superficiais restritas ao ensino médio que abordam, de maneira incipiente, questões de gênero não se referindo de fato à identidade de gênero. Esse mesmo modelo é transposto para o Ensino Superior, dessa forma, é uma área pouco explorada, que existem poucos investimentos e praticamente invisível (Reis, 2016).

Nesse contexto, não se questiona sobre identidade de gênero, pois a cisnormatividade é tomada como natural, ignorando, assim, as demais identidades de gênero. Na academia não existe um

questionamento da identidade de gênero em si, a não ser que a identidade de gênero em questão não esteja dentro da “caixinha” e fique visível, então se questiona a identidade não para tecer uma discussão acerca da diversidade, mas para deslegitimar as que estão fora da cisnormatividade. Temas como sexualidade humana e identidade são praticamente inexistentes nos currículos do Ensino Superior, aparecendo, superficialmente, como coadjuvantes em outras disciplinas. Tal contexto favorece o desconhecimento e os conflitos acerca da temática de identidade de gênero.

Somente no início do século XXI temáticas acerca do reconhecimento das orientações sexuais nas instituições públicas de educação passaram a ser incluídas no campos das políticas educacionais brasileiras (Reis, 2016).

No Ensino Médio, em 2004, com o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foram abordados os seguintes tópicos: Direito à Educação, promovendo valores de respeito à paz, e a não discriminação por orientação sexual, visando à elaboração de diretrizes que orientam o Sistema de Ensino na implementação de ações que promovam o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual (Reis, 2016).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos⁵, lançado em 2007, foi elaborado através da parceria da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse plano foi orientado pelo Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e inclui, dentre outras contribuições da educação,

Exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) ea solidariedade entre os povos e nações [...]. A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país (BRASIL, 2007).

Dentre as ações programadas para a educação básica e para as Instituições do Ensino Superior, está a proposta de inserção da educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica e das áreas de conhecimento das IES, incluindo a temática de gênero e orientação sexual (Reis, 2016).

Em 2008, a Conferência Nacional de Educação Básica incluiu o tema “Educação e Diversidade Sexual” no eixo temático “Inclusão e Diversidade na Educação Básica”, o qual apresenta, entre seus desafios, a incorporação de políticas que compreendam o direito à diversidade e ao respeito às diferenças que devem ser eixos norteadores da ação e das práticas pedagógicas da educação pública que “estejam

⁵ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 10 mai 2020.

abertas ao diálogo com os movimentos sociais e a comunidade, reconhecendo a sua trajetória de luta pelo respeito às diferenças” (MEC, 2008)⁶.

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), tem implementado nos últimos anos ações afirmativas no sentido de pensar a educação numa perspectiva da diversidade. Assim, mais especificamente, desde 2005, realizam ações de políticas educacionais relativas ao gênero e à diversidade de orientação sexual. Essa perspectiva não aborda questões da sexualidade que contemplem temas referentes à identidade de gênero de maneira aprofundada, principalmente das identidades trans, mesmo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos restringe muito a discussão, enfocando somente no uso do nome social (Reis, 2016).

A década de 1990 traz à cena do debate uma percepção de currículo que muito deve às compreensões sociais advindas dos estudos culturais, dos movimentos sociais, feministas, raciais, étnicos, sexuais e pós-coloniais. De acordo com Silva (2003), o currículo não é simplesmente um texto, mas é compreendido como um texto de poder. Segundo Silva (2003), o currículo torna-se um instrumento que possibilita fazer escolhas; nele os conhecimentos são separados, incluindo alguns elementos e excluindo outros. Essas divisões fazem parte de relações de poder que refletem o que deve e o que não deve ser ensinado e/ou aprendido, determinando o que passa por conhecimento válido, englobando certos saberes, estabelecendo diferenças, construindo hierarquias e produzindo subjetividades.

Tratando-se do currículo escolar, as diretrizes significam um conjunto de procedimentos didático-pedagógicos que deverão ser seguidos. Muitas vezes tais diretrizes são oriundas de ondas e modas pedagógicas, arranjos epistemológicos, que por esforço de intelectuais e profissionais da educação e outras áreas do conhecimento, acabam por vislumbrar solução para problemas pedagógicos insistentes (César, 2010).

Assim, a elaboração de diretrizes curriculares faz parte do conjunto de atribuições de secretarias e ministérios na tentativa de melhorar a educação. Nas últimas décadas no Brasil algumas experiências de elaboração de diretrizes curriculares têm considerado as inúmeras vozes e práticas que durante muito tempo foram silenciadas na sociedade brasileira, como a dos estudantes trans (César, 2010).

As Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual apresentam-se como reflexões que problematizam os saberes normatizados e naturalizados sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. O currículo é uma narrativa, isto é, pode ser tomado como a narrativa que representa alguns grupos sociais hegemônicos e estabeleceram-se como universais (César, 2010).

Desse ponto de vista universal, o sistema heteronormativo, isto é, o homem, branco, europeu, heterossexual, produtivo e principal responsável pela reprodução da espécie, constitui uma perspectiva

⁶ Documento referência da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf>. Acesso em: 10 mai 2020.

que envies a representação de conhecimento, cultura esujeito de grupos que no decorrer dos processos históricos são arbitrários e excludentes(César, 2010).

Compreende-se a partir dos conhecimentos relacionados ao gênero que o universal não existe, isto é, que tudo aquilo estabelecido como universal formou-se nos processos de relações de poder que engendram exclusões e desaparecimentos. Tudo aquilo que foi afastado na produção do universal, ou seja, outros sujeitos, outros saberes, outrasculturas e outras experiências, nesse processo de separação acabaram por habitar as margens.Entretanto, essa separação entre a hegemônica “norma” e a margem foi fundamental para garantir um conjunto de privilégios que são tomados como hegemônicos, traduzidos por meio de processos de naturalização e normalização de condutas econhecimentos. Diretrizes curriculares de matemática, ciências e língua portuguesa não causam espanto, dizem respeito aos conhecimentos consagrados pelos processos denaturalização dos saberes. Entretanto, diretrizes para gênero e diversidade sexual nas escolas podem causar certo mal-estar. Muitos podem perguntar se a escola precisa mesmo trabalhar isso. Então, para aprofundar a discussão é importante compreender que as instituições de educação têm a responsabilidade de cuidar não só do ensino dos conteúdos acadêmicos, mas das relações interpessoais existentes nesse contexto que influenciam o processo de aprendizagem (César, 2010).

Nesse sentido, as questões de gênero e diversidade sexual já estão presentes no universo escolar e na maior parte das vezes vem sendo abordada com preconceitos, produzindo ainda mais sofrimento, violência e exclusão entre estudantes trans que fogem a essa lógica heteronormativa (Silveira, 2010).

Historicamente as instituições educacionais colocaram-se no lugar da produção da norma heterossexual, produzindo preconceitos em razão da sexualidade, praticando a homofobia, a lesbofobia e a transfobia sem levar em consideração as diferentes experiências com a sexualidade e o desejo humano. Os saberes e as práticas pedagógicas instituídas pelos currículos escolares precisam ser objetos de reflexão sobre as desigualdades sexuais e de gênero que foram produzidas ao longo dos anos (Silveira, 2010).

A ideia de diretrizes curriculares visa à construção de outro território de pensamento, cujas reflexões e práticas pedagógicas são entendidas como narrativas construídas como crítica e resistência aos saberes normativos das instituições educacionais.As diretrizes de gênero e diversidade sexual, aqui apresentadas, representam um texto que se propõe a ser um lugar de questionamento das verdades estabelecidas e que fazem funcionar as relações desiguais entre os gêneros e os sexos (César, 2010).

Essas diretrizes são definidas como um conjunto de reflexões fundamentais que problematizam as verdades consolidadas sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual, com o objetivo de desestabilizar as verdades que construíram os preconceitos, as fobias e as violências sobre os sujeitos (César, 2010), inaugurando outras formas de relação dentro das instituições educacionais com estudantes que transcendem as normativas heterossexuais, dando aos estudantes trans à possibilidade de viver uma

realidade menos preconceituosa e violenta.

Nesse sentido, será possível construir uma cultura educacional menos excludente, violenta e preconceituosa que irá acolher a todos, dando a oportunidade de educação de forma equitativa, não negligenciando estudantes transexuais no ensino superior, no que diz respeito à possibilidade de acesso ao direito à educação e ao aprendizado com dignidade? (César, 2010).

Infelizmente, em nível de educação superior, no contexto atual brasileiro não existe a construção de diretrizes curriculares de Gênero e Diversidade Sexual que vise proporcionar reflexões que possam problematizar os saberes normatizados e naturalizados sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. As ações em nível universitário para lidar com o preconceito e a violência aos estudantes transexuais restringem-se a obrigatoriedade do reconhecimento e a adoção do uso do nome social aqueles e aquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero (Silveira, 2010).

Tal Política Pública estabeleceu-se por meio da Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015⁷, que em seu artigo 1º dispõe: “Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social”. Embora o nome social não integre todos os problemas de violência e discriminação na educação brasileira, acena, no entanto, para o respeito à diversidade sexual e à promessa de uma educação com menos evasão, além da possibilidade da criação de um ambiente acadêmico mais receptivo à diversidade e menos excludente, proporcionando um espaço de aprendizagem mais saudável (César, 2010).

Mesmo assim, quase uma década depois da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁸, ainda existem dentro dos muros acadêmicos inúmeros episódios de violência e

⁷ Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx. Acesso em: 28 mai. 2020.

⁸ Com a temática "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", a Conferência Nacional foi realizada em Brasília de 06 a 08 de Junho de 2008, com 60% de participação da sociedade civil e 40% participação do governo. O objetivo da Conferência foi propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia. Antes da Conferência Nacional, conferências foram realizadas em todos os estados brasileiros a fim de desenvolver propostas iniciais e eleger os(as) delegados(as) que participaram da Conferência Nacional. A 1ª Conferência Nacional de GLBT seguiu o exemplo de outras conferências nacionais realizadas para determinar políticas públicas em áreas específicas, como a saúde, mulheres, idosos e igualdade racial. Uma Comissão Organizadora abrangente composta por 16 ministérios, a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT e 18 representantes dos movimentos GLBT tiveram a tarefa de elaborar o regimento interno da Conferência, orientar as conferências estaduais e acompanhar a organização da Conferência. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República foi responsável pela organização do processo. Os 16 ministérios participantes da comissão organizadora foram: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Justiça, Cultura, Esportes, Cidades, Previdência, Desenvolvimento Social, Relações Exteriores, Igualdade Racial, Políticas para as Mulheres, Turismo, Comunicações e a Secretaria Geral da Presidência da República. A Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, que teve uma vaga na comissão organizadora, foi composta por 208 Deputados(as) Federais e 16 Senadores(as) atuantes na promoção de questões GLBT no Congresso Nacional e em articulações com o

de preconceito em função de práticas discriminatórias, desrespeito e exclusão nesses segmentos. Por isso a construção de diretrizes curriculares que contemplem a diversidade de gênero e sexual é tão imprescindível para a construção de uma realidade na universidade mais humana e democrática (César, 2010).

TRANSFOBIA E O ABANDONO NO ENSINO SUPERIOR

No Jornal *Online Correio Braziliense*⁹ (2016), num artigo especial em relação à violência e à discriminação do público transexual, são apresentados relatos de estudantes trans, no contexto universitário, que retratam as práticas transfóbicas nas relações com colegas de curso e até com professores que obrigam muitos estudantes trans a abandonar o sonho de fazer uma faculdade.

Ainda nessa mesma página é feita referência a uma pesquisa realizada pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que trouxe a estimativa que no Brasil exista uma evasão escolar concentrada de 82% das travestis e das transexuais, gerando uma maior vulnerabilidade social dessa população.

Pode-se fazer uma analogia entre o texto do jornal e o conceito de evasão involuntária criado pela pesquisadora Andrade (2012), o qual se refere à negação das identidades trans no espaço da sala de aula, resultando no confinamento e na exclusão desse grupo, sendo assim, são transformadas em desviantes e indesejadas. Nessa perspectiva, as identidades trans são impelidas a abandonar os estudos no ambiente educacional, sendo disseminada a falsa ideia de que foi uma escolha delas. Essa justificativa tenta mascarar o fracasso das instituições de ensino em lidar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária, o qual é induzido pelas próprias instituições de educação.

De acordo ainda com a autora supracitada, existe um desejo de eliminar e excluir, por parte das próprias instituições, aqueles que “contaminam” o espaço escolar, no caso, as identidades trans. É possível perceber a camuflagem existente no processo de expulsão que é disseminado como evasão. Tal conceito ilustra bem o fenômeno da transfobia no contexto educacional das escolas, assim como as implicações psicossociais vividas por esse público.

O *blog online Humanidades*¹⁰ (2018), numa entrevista realizada com estudantes trans, apresenta os

Governo Federal a este respeito. Os 18 representantes GLBT vieram das seguintes organizações: ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) - 7 vagas; ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais) - 2 vagas; Coletivo Nacional de Transexuais - 2 vagas; Articulação Brasileira de Lésbicas - 2 vagas; Rede Afro GLBT - 1 vaga; Liga Brasileira de Lésbicas - 2 vagas; ABRAGAY (Associação Brasileira de Gays) - 1 vaga; Grupo E-Jovem - 1 vaga.

⁹ Jornal Online Correio Braziliense, 2016. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-ediscriminacao-roubam-de-transexuais-o-direitoao-estudo>

¹⁰ BLOG HUMANIDADES. Os desafios da educação para a população transexual da UFRRJ. Disponível em: <http://blogs.ufrrj.br/bloghumanidade/os-desafios-da-educacao-para-a-populacao-transexual-daufrrj/>. Acesso em: 20 mai 2020.

principais desafios enfrentados por esses estudantes no contexto do Ensino Superior, sendo eles: o preconceito e a exclusão, o que torna o ambiente acadêmico hostil para a população trans. Isso faz muitos estudantes trans desistirem da graduação ou afastarem-se por um período devido à pressão psicológica vivida no cotidiano agressivo da universidade.

Mesmo após o Decreto nº 8.727/2016, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, o qual exige a adoção do nome social de pessoas transexuais e travestis em todos os órgãos públicos brasileiros, incluindo colégios e universidades, ainda existem muitas instituições que ignoram essa medida e dificultam a formação universitária para muitas pessoas em todo o país.

Tudo isso torna o ambiente acadêmico nocivo para transexuais, sendo fonte de medo e ansiedade, já que coisas simples que pessoas cis têm como, por exemplo, poder usar banheiro e ter o seu nome respeitado, para estudantes trans são grandes os desafios enfrentados diariamente. Muitos estudantes trans, nesta entrevista, relatam que já sofreram exclusão e discriminação por serem transexuais e sentiram-se desrespeitados e constrangidos diversas vezes.

O preconceito vivido dentro das universidades começa na sala de aula com o desrespeito ao uso do nome social por parte tanto dos docentes quanto dos discentes que não aceitam as identidades trans. De acordo com Gomes et al. (2019), parte significativa dos ambientes educacionais não estão preparados para lidar com as diferentes formas das expressões de gênero, assim, a dificuldade de ingressar no Ensino Superior é apenas o reflexo de um processo de exclusão que essa população sofre durante toda a trajetória escolar.

O Jornal *online* Estadão¹¹ (2019), num artigo sobre exclusão de pessoas trans no Ensino Superior, explora relatos de professores e estudantes trans, expondo o processo de exclusão sofrido por esse público nas instituições educacionais. Nesse mesmo artigo é citada a pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que realizou o mapeamento do perfil dos graduandos nas instituições federais e apresentou os seguintes dados: “a representatividade dos estudantes trans nas universidades públicas são de apenas 0,1%, diante desse panorama, os estudantes trans ficam quase invisíveis”.

Andrade (2012) detalha em sua tese o processo de exclusão vivenciado pelas pessoas trans nas instituições educacionais, denominando de “pedagogia da violência”, caracterizada pela educação a partir de padrões heteronormativos impostos aos estudantes trans desde a escola até o ensino universitário e que torna esses ambientes nocivos a esses estudantes. De acordo ainda com a mesma autora, um dos impactos dessa pedagogia é a evasão escolar da população trans.

¹¹ JORNAL ESTADÃO. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>>. Acesso em: 05 mai 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente escrita teve como objetivo geral conhecer e identificar os desafios encontrados pelas identidades trans, no contexto do ensino superior brasileiro, que interferem negativamente no processo de aprendizagem desse grupo.

A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica em bases de dados, como Bireme, Scielo, BVS, Lilacs, dentre outros, utilizando-se dos seguintes descritores: transexualidade; ensino superior; e transfobia. Os resultados obtidos foram escassos sendo encontrados poucos artigos nessa área, o que evidencia uma fragilidade em relação ao conhecimento sobre a questão de gênero, sobretudo no que se refere à transexualidade no contexto do ensino superior.

Assim com esta pesquisa foi possível perceber que poucos são os investimentos direcionados ao público trans como um todo. Os resultados encontrados em nossa pesquisa mostram que a violência sofrida pelo público trans no contexto acadêmico é uma realidade significativa, mas poucas são as políticas públicas que visam mudar essa realidade. Constatou que os principais desafios dos estudantes trans são: preconceito e violência, tanto simbólica quanto física, o que se configura em transfobia, fenômeno que se caracteriza pelo preconceito, intolerância, discriminação e violência voltada ao público transgênero. Tais vivências influenciam o modo como essas pessoas relacionam-se no ambiente educacional do Ensino Superior no processo de aprendizagem. Diante dessa realidade é comum que pessoas trans e/ou não binárias estejam emocionalmente frágeis ao adentrarem no ambiente escolar. Dessa forma ainda não existe uma política pública na área da educação voltada para pessoas trans, existindo somente a lei do uso do nome social, a qual muitas vezes é desrespeitada.

Conclui-se que a realidade de estudantes trans no ensino superior é marcada pela transfobia, termo usado para descrever vários fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra transexuais (ter desprezo, ódio, aversão ou medo de pessoas com orientação sexual diferente do padrão heterossexual). Esse é o principal desafio enfrentado pelas identidades trans no ensino superior que se configura de maneira complexa e que precisa de estratégias concretas para cuidar dessa questão tão delicada que marca o processo de aprendizagem de estudantes trans no contexto acadêmico. Nesse sentido, os estudantes trans são avaliados a partir da lógica heteronormativa que os desqualifica e os desconfirma enquanto possibilidade de existir, tratando-os como anormais e/ou desviados. Isso torna a vivência desses estudantes nas instituições de educação superior quase impossível para a maioria dos transexuais, influenciando em seu psicológico, conseqüentemente, interferindo no processo de aprendizado desse público.

Compreende-se que um caminho para oferecer educação inclusiva nas universidades seja romper com essa perspectiva heteronormativa como sendo única e natural, reconhecendo a existência das demais identidades de gênero para construir uma realidade inclusiva e plural que acolha a todos, e não

somente as pessoas que estão alinhadas à lógica cis-heteronormativa.

Em nível de educação superior as ações para lidar com preconceito e violência voltada para os estudantes transexuais restringem-se a obrigatoriedade do reconhecimento e utilização do nome social aqueles e aquelas cuja identificação civil seja incongruente com sua identidade de gênero. Tudo isso torna o ambiente acadêmico nocivo para transexuais, sendo fonte de medo e ansiedade, pois são grandes os desafios enfrentados diariamente por estudantes trans. Muitos estudantes trans revelam já ter sofrido exclusão e discriminação por serem transexuais e sentiram-se desrespeitados e/ou constrangidos no contexto universitário.

A partir da realidade exposta percebe-se que é urgente e necessário a adoção de medidas práticas no contexto universitário para trabalhar questões de gênero e de identidade de gênero, possibilitando a desconstrução da cultura de educação heteronormativa, favorecendo a construção de uma educação para a diversidade de gênero e sexual para que dessa forma se possa efetivar o direito à educação a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade LN (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 278f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza.
- Araújo MF (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Revista Psicologia clinica*, 17(2): 41-52.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013.
- BRASIL. Secretária de Direitos Humanos. Conselho Nacional de combate à [_DE_ 2015.aspx](#)>. Acesso em: 21 Set. 2018. acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. In: VIII Jornada internacional de políticas públicas. São Luís, 2017.
- César MR de A (2010). Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da secretaria de estado da educação do Paraná, educação Básica, Curitiba. 1-70p.
- Chagas EN et al. (2017). (In)visibilidade trans: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. In: VIII Jornada Internacional de políticas públicas. São Luís.
- Costa AJN da et al. (2004). Gênero e Diversidade sexual: concepções de profissionais da educação de uma instituição de desafios atuais. *Rev Bras Enferm*, Brasília (DF).

- Ferrari A (2010). Homofobia na Escola. Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. Departamento da diversidade núcleo de gênero e diversidade sexual. Curitiba – Pr.
- Gaspodini IB et al. (2016). Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento.
- Gomes B et al. (2019). No ensino superior, o espelho da exclusão de pes soastrans. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusaode-pessoas-trans.>>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- Guedes MEF (1995). Gênero o que   isso? Revista Psicologia Ciência e Profissão.
- Jesus JG de (2012). Orienta es sobre a popula o transg nero: conceitos e termos. Brasília. E-book disponível em <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>>. Acesso em: 10 Mai. 2021.
- Junqueira RD (2013). A forma o e a presença de professores com deficiência nas escolas brasileiras. Revista Nova Escola.
- Labronici LM et al. (2001). Eros propiciando a compreensão da sexualidade das enfermeiras. Cogitare Enferm, 6(1): 67-74.
- Meyer DE et al. (2017). Teorias e políticas de Gênero: fragmentos históricos e permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior. Disserta o.
- Petry AR et al. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Textos & Contextos, 10(1): 193-198.
- Reis T (2016). Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para a educa o./ Casagrande et al. (org.). – Curitiba: Ed. UTFPR. 400p.
- Scote FD (2017). Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior. Disserta o.
- Silva AS (2012). Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!), 8: 77-102.
- Silveira VT (2010). Gênero: Como e por que compreender? educa o Básica, Curitiba, 1-70p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ambiente escolar, 58, 63, 66, 67, 68, 70, 85, 108, 122

B

bolsista, 26, 28, 29, 30, 33, 34

C

cultura popular, 72

E

educação

especial, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 68, 69, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106
inclusiva, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 123

ensino-aprendizagem, 40, 80

estágio, 22, 37, 70

exclusão, 50, 52, 54, 55, 65, 93, 95, 118, 120, 121, 123, 124

F

ferramentas tecnológicas, 83, 84, 88, 89, 90

formação

continuada, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 106

inicial, 42, 65, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106

profissional, 35, 60

G

gênero, 55, 99, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

H

habilidades, 14, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 53, 57, 60, 88, 89, 103

história da educação, 81, 82

M

movimento grevista, 39, 43, 45, 46, 48

P

políticas

docentes, 49

públicas, 52, 57, 60, 113, 119

prática docente, 53, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 105

preconceito, 60, 65, 93, 107, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123

projeto pedagógico do curso, 25, 26, 33

psicologia, 53, 60, 61

psicopedagogia, 57, 60

R

recursos

informatizados, 62, 68

multimídia, 66, 69

S

secretariado executivo, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38

sexualidade, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 124

T

tempo de pandemia, 81, 83, 86, 89, 90, 91

trabalho docente, 43, 44, 45, 46, 47, 49

transfobia, 107, 109, 113, 114, 118, 120, 122, 123, 124

transgeneridade, 124

transtornos do aprendizado, 54

U

universidade, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 42, 50, 61, 70, 79, 80, 86, 92, 93, 107, 123

SOBRE O ORGANIZADOR

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



ISBN 978-658831967-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br